

Curso/Disciplina: Direito Empresarial Extensivo

Aula: Direito Empresarial Extensivo - 60

Professor(a): Priscilla Menezes

Monitor(a): Pâmela Suelen de M. Guedes

Aula nº. 60

TÍTULOS REPRESENTATIVOS – CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E “WARRANT”

Sobre a circulação separada dos títulos representativos:

- ✓ Quando há endosso do “warrant”, quantas vezes for, o portador dele pode satisfazer o seu crédito sobre as mercadorias depositadas no armazém geral (operações de crédito garantido).
- ✓ Quando há endosso do conhecimento de depósito, quantas vezes for, o portador passa a ter a propriedade gravada com penhor, do qual saberá por constar no verso do título para qual operação de crédito o “warrant” está garantido (operações de compra e venda).

No caso do endosso no “warrant”, o 1º endossante (depositante) é o devedor principal, visto que deu o título como garantia de crédito. E os demais endossantes são devedores indiretos. Assim, no dia do vencimento quem deve pagar o portador do “warrant” é o devedor principal.

Se não houver pagamento, deve ser realizado o protesto por falta de pagamento, no primeiro dia útil após o vencimento, que é o prazo aplicável à letra de câmbio (art. 28, do Decreto nº 2.044/1908).

Art. 28. A letra que houver de ser protestada por falta de aceite ou de pagamento deve ser entregue ao oficial competente, no primeiro dia útil que se seguir ao da recusa do aceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto, tirado dentro de três dias úteis.

No caso de endosso do conhecimento de depósito, no prazo do contrato de depósito o portador do título pode apresentá-lo no armazém geral, contudo, surgem duas situações:

- ✓ “Warrant” pago: as mercadorias estão livres e desembaraçadas, podendo ser retiradas do armazém geral;
- ✓ “Warrant” não pago: o portador proprietário pode retirar as mercadorias, desde que consigne no armazém geral o valor do “warrant”.

Importante mencionar que os endossantes do conhecimento de depósito não são devedores solidários, não tendo responsabilidade solidária, pois este título representa uma operação de compra e venda.

Quando as mercadorias forem depositadas no armazém geral, pode ser solicitado pelo depositante ou pelo portador de ambos os títulos representativos que sejam divididas em lotes e para cada lote seja emitido um conhecimento de depósito e um “warrant” (art. 20, do Decreto nº 1.102/1903), o que facilita as transações comerciais.

Art. 20 - O portador dos dois títulos tem o direito de pedir a divisão da mercadoria em tantos lotes quantos lhe convenham, e entrega de conhecimentos de depósito de "warrants" correspondentes a cada um dos lotes, sendo restituídos, e ficando anulados os títulos anteriormente emitidos.

No tocante a recuperação de crédito, quando não há pagamento do “warrant”, o portador deve seguir os seguintes passos:

1. O portador do título no dia do seu vencimento apresenta ele ao devedor principal (1º endossante – depositário);
2. Se não houver pagamento ou o valor não estiver consignado no armazém geral, o portador precisa provar através do protesto, que deve ser realizado até primeiro dia útil do vencimento do “warrant”;
3. O portador vai executar a garantia, com a venda extrajudicial das mercadorias contidas no depósito, no prazo de 10 dias;

Art. 23 - O portador do "warrant" que no dia do vencimento não for pago, e que não achar consignada no armazém geral a importância do seu crédito e juros (art. 22), deverá interpor o respectivo protesto nos prazos e pela forma aplicáveis ao protesto das letras de câmbio no caso de não pagamento.

O oficial dos protestos entregará ao protestante o respectivo instrumento, dentro do prazo de três dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e danos.

§ 1º - O portador do "warrant" fará vender em leilão, por intermédio do corretor ou leiloeiro, que escolher, as mercadorias especificadas no título, independentes de formalidades judiciais.

§ 2º - Igual direito de venda cabe ao primeiro endossador que pagar a dívida do "warrant", sem que seja necessário constituir em mora os endossadores do conhecimento do depósito.

§ 3º - O corretor ou leiloeiro, encarregado da venda depois de avisar o administrador do armazém geral, ou o chefe da competente repartição federal, anunciará pela imprensa o leilão, com antecedência de quatro dias, especificando as mercadorias conforme as declarações do "warrant" e declarando o dia e hora da venda, as condições dessa e o lugar onde podem ser examinadas aquelas mercadorias.

O agente da venda conformar-se-á em tudo com as disposições do regulamento interno dos armazéns e das salas de vendas públicas ou com as instruções oficiais, tratando-se de repartição federal.

§ 4º - Se o arrematante não pagar o preço da venda, aplicar-se-á a disposição do art. 28, § 6º

§ 5º - A perda ou extravio do conhecimento de depósito (art. 27, § 1º), a falência, os meios preventivos de sua declaração e a morte do devedor não suspendem nem interrompem a venda anunciada.

§ 6º - O devedor poderá evitar a venda até o momento de ser a mercadoria adjudicada ao que maior lance oferecer, pagando imediatamente a dívida de "warrant", os impostos fiscais, despesas devidas ao armazém e todos os mais a que a execução deu lugar, inclusive custas do protesto, comissões do corretor ou agentes de leilões e juros de mora.

§ 7º - O portador do "warrant" que, em tempo útil, não interpuser o protesto por falta de pagamento, ou que, dentro de dez dias, contados da data do instrumento de protesto, não promover a venda da mercadoria, conservará tão-somente ação contra o primeiro endossador do "warrant" e contra os endossadores do conhecimento de depósito.

Art. 24 - Efetuada a venda, o corretor ou leiloeiro dará a nota do contrato ou conta de venda ao armazém geral, o qual receberá o preço e entregará ao comprador a mercadoria.

§ 1º - O armazém geral, imediatamente após o recebimento do produto da venda, fará deduções de créditos preferenciais, art. 26, § 1º, e com o líquido pagará o portador do "warrant" nos termos do art. 26, princípio.

§ 2º - O portador do "warrant" que ficar integralmente pago entregará, ao armazém geral, o título com a quitação; no caso contrário, o armazém geral mencionará no "warrant" o pagamento parcial feito e o restituirá ao portador.

§ 3º - Pago o credor, o excedente do preço da venda será entregue ao portador do conhecimento de depósito contra a restituição deste título.

§ 4º - As quantias reservadas ao portador do "warrant" ou ao do conhecimento de depósito, quando não reclamados no prazo de trinta dias depois da venda da mercadoria, terão o destino declarado no art. 10, § 3º .

Art. 25 - Se o portador do "warrant" não ficar integralmente pago, em virtude da insuficiência do produto líquido da venda da mercadoria ou da indenização do seguro no caso de sinistro tem ação para haver o saldo contra os endossadores anteriores solidariamente, observando-se a esse respeito as mesmas disposições substanciais e processuais (de fundo e de forma) relativo a letras de câmbio.

O prazo para prescrição de ação regressiva corre do dia da venda.

4. Deve ser observada a ordem de pagamento dos credores preferenciais, que são a Fazenda Nacional, o corretor ou leiloeiro (comissões e despesas com anúncio da venda), o armazém geral (despesas do serviço prestado) e, por último, se sobrar saldo remanescente será entregue ao portador do "warrant". E na eventualidade de sobrar valores disponíveis, o armazém geral colocará a disposição do portador do conhecimento de depósito.

Art. 26 - O portador do "warrant" será pago do seu crédito, juros convencionais e demora à razão de 6% ao ano e despesas do protesto, precipuamente pelo produto da venda da mercadoria.

§ 1º - Preferem, porém, a este credor:

1º - a Fazenda Nacional, pelos direitos ou impostos que lhe forem devidos;

2º - o corretor ou leiloeiro, pelas comissões taxadas em seus regimentos ou reguladas por convenção entre eles e os comitentes, e pelas despesas com anúncio da venda;
3º - o armazém geral, por todas as despesas declaradas no art. 14, a respeito das quais lhe é garantido o direito de retenção.

§ 2º - Os créditos do § 1º, números 1 e 3, devem ser expressamente referidos nos títulos (art. 15, § 1º, n. 7), declarando-se a quantia exata dos impostos devidos à Fazenda Nacional e de todas as despesas líquidas até o momento da emissão daqueles títulos, pena de perda da preferência.

Todas as vezes que lhe for exigido pelo portador de conhecimento de depósito ou do "warrant", o armazém geral é obrigado a liquidar os créditos que preferem no "warrant" e fornecer a nota da liquidação, datada e assinada, referindo-se ao emitido.

Se o portador do “warrant” perder o prazo para protesto do título vencido, ou que, no prazo de 10 dias, não efetuar a venda da mercadoria, perde o direito de ação contra os endossantes do “warrant” (devedores indiretos), conforme dispõe o art. 23, §7º, do Decreto nº 1.102/1903:

Art. 23. § 7º - O portador do "warrant" que, em tempo útil, não interpuser o protesto por falta de pagamento, ou que, dentro de dez dias, contados da data do instrumento de protesto, não promover a venda da mercadoria, conservará tão-somente ação contra o primeiro endossador do "warrant" e contra os endossadores do conhecimento de depósito.

Este dever de respeito aos prazos para ter direito de ação contra os devedores indiretos irá ocorrer quando, após ter tomado todas as providências para recebimento do valor do “warrant”, nos seus prazos legais, quais sejam protesto do título, venda da mercadoria, pagamento dos credores preferenciais, não restar saldo remanescente suficiente para cobrir o valor do “warrant”, tendo seu portador o direito de ação contra o devedor principal (1º endossante) e os devedores indiretos (endossantes do “warrant”).

Os endossadores do conhecimento de depósito não são devedores solidários do “warrant”.

Obs.: o depositante (1º endossante) sempre é devedor principal, por isso o portador do “warrant” sempre poderá cobrar dele os valores, independente do cumprimento dos prazos acima.

Decorrente de todo este procedimento:

- ✓ Se cumpridos os prazos acima mencionados, o portador do “warrant” promoverá uma ação de execução contra o devedor principal (1º endossante) e devedores indiretos (demais endossantes);
- ✓ Se não cumprido os prazos acima mencionados, o portador do “warrant” promoverá uma ação de execução somente contra o devedor principal (1º endossante).

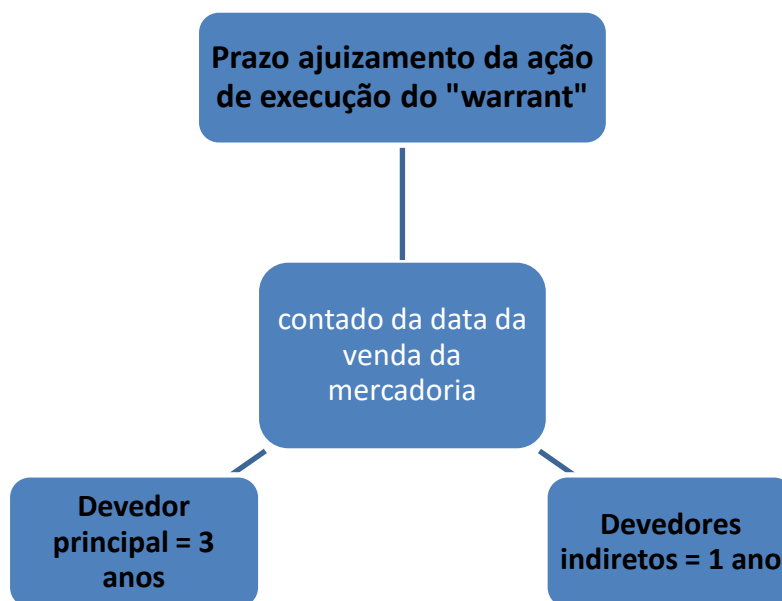
O prazo para ajuizamento da ação de execução do “warrant” é de três anos, que é o mesmo determinado para a letra de câmbio, previsto no art. 70, do Decreto nº 57.663/1966, a saber:

Art. 70. Todas as ações contra o aceitante relativas a letras prescrevem em 3 (três) anos a contar do seu vencimento.

O art. 25, do Decreto nº 1.102/1903, estabelece que para demandar contra devedor principal o prazo é de três anos, e o prazo de um ano para demandar contra os devedores indiretos, contado da venda das mercadorias. Veja-se:

Art. 25 - Se o portador do "warrant" não ficar integralmente pago, em virtude da insuficiência do produto líquido da venda da mercadoria ou da indenização do seguro no caso de sinistro tem ação para haver o saldo contra os endossadores anteriores solidariamente, observando-se a esse respeito as mesmas disposições substanciais e processuais (de fundo e de forma) relativo a letras de câmbio.

O prazo para prescrição de ação regressiva corre do dia da venda.



Referência:

BRASIL. Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 nov. 1903. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1102.htm. Acesso em: 04 set. 2018.